



# Eternit

Eternit S.A.

CNPJ nº 61.092.037/0001-81 - Companhia Aberta

## Demonstrações Financeiras de 2016

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2016

#### Senhores Acionistas,

A Administração da Eternit S.A. ("Eternit" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da ETERNIT S.A., acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

Em decorrência de a Companhia exercer o controle em conjunto da Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC) com a Companhia Colombiana de Cerâmica S.A. - empresa do Grupo Corona (multinacional colombiana), o resultado da CSC é considerado nas informações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

#### 1. BREVE HISTÓRICO

A Eternit, fundada em 1940 e com registro em Bolsa desde 1948, está listada no Novo Mercado desde 2006, nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA. A Companhia atua nos segmentos de telhas de fibrocimento e concreto, mineração do crisotila, louças e metais sanitários, soluções construtivas, entre outros produtos.

#### 2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em busca constante pela transparência e equidade no relacionamento com todas as partes relacionadas (*stakeholders*), o modelo de governança corporativa adotado pela Eternit está baseado nas melhores práticas do mercado. O principal objetivo deste modelo é viabilizar a atuação da Companhia de maneira responsável e sustentável em todas as comunidades em que está inserida, de forma a gerar valor para acionistas, mercado de capitais e todos os demais públicos, com respeito integral à Legislação Societária Brasileira, com o cumprimento de todos os dispositivos constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

A estrutura de governança corporativa da Eternit é composta pelo Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus Comitês, Diretoria e as áreas de Controles Internos e Auditoria Interna. A Companhia conta também com auditoria externa, realizada por empresa independente, substituída no máximo a cada cinco anos, conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### 3. CONJUNTURA E MERCADO 2016

Sobre o âmbito nacional no ano de 2016, o Copom<sup>(1)</sup> contempla um cenário aquém do esperado para a atividade econômica no curto prazo, indicando que a retomada pode ser mais demorada e gradual do que previsto anteriormente. Nesse contexto, a economia permanece operando com elevado nível de ociosidade dos fatores de produção, demonstrado pela elevação do nível de desemprego e baixos índices de utilização da capacidade da indústria.

O índice de inflação medido pelo IPCA<sup>(2)</sup> para o ano de 2016 encerrou em 6,3% quando comparado ao ano de 2015, abaixo do teto estipulado pelo regime de metas de inflação. As expectativas de inflação apuradas pelo Relatório FOCUS de 10/03/2017 para o encerramento do ano corrente estão em torno de 4,2%.

De acordo com este cenário, as projeções sobre o desempenho da economia foram periodicamente revisadas ao longo de 2016. O PIB em 2016 foi de -3,6%<sup>(3)</sup> e o PIB da construção civil deve fechar em -4,5%<sup>(4)</sup>, frente a 2015. A projeção para o PIB de 2017 é 0,5%<sup>(5)</sup> e para o PIB da construção civil é -0,5%<sup>(6)</sup>, em comparação com o ano de 2016.

O faturamento deflacionado das vendas de materiais de construção durante o ano de 2016, divulgado pela ABRAMAT<sup>(7)</sup>, apresentou redução de 11,5% em relação a 2015, devido ao alto índice de desemprego, ao medo da perda do emprego, dificuldade na obtenção de crédito e redução dos investimentos públicos e privados, desencorajando o consumo de materiais para reformas e novas construções. Para 2017, devido aos resultados apresentados no final de 2016 e início de 2017, a ABRAMAT aponta para uma estabilidade, projetando um crescimento nulo.

Comparativamente, o desempenho da receita bruta consolidada da Eternit<sup>(7)</sup> foi de -10,9% em 2016, sendo superior ao do seu setor (-11,5%). Importante ressaltar que durante o ano de 2016, a Companhia tem conciliado sua operação com a redução dos níveis de estoque para atender a demanda de mercado, tanto na mineração do crisotila quanto na linha de produtos acabados, que contempla a produção de fibrocimento e telhas de concreto.

(1) Copom: Comitê de Política Monetária do Banco Central.

(2) IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

(3) IBGE: Indicador econômico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgado em 07/03/2017.

(4) BACEN: Relatório de Inflação de dezembro de 2016 do Banco Central do Brasil.

(5) BACEN: Relatório FOCUS de 10/03/2017 do Banco Central do Brasil.

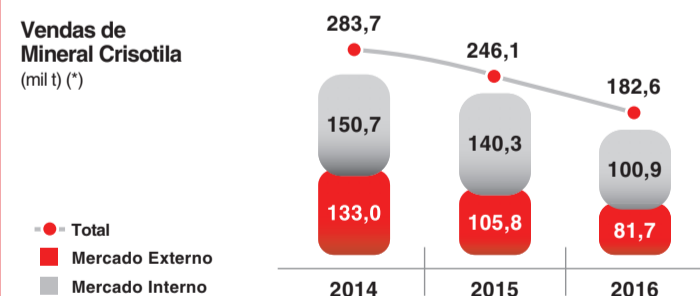
(6) ABRAMAT: Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção.

(7) O crescimento da receita bruta consolidada da Eternit é comparando o período acumulado de janeiro a dezembro de 2016 vs. o mesmo período acumulado de 2015, já deflacionado pelo IGP-M.

#### 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

##### Mineral Crisotila

As vendas totalizaram 182,6 mil toneladas em 2016, inferiores em 25,8% frente a 2015. No mesmo período comparativo, as vendas internas apresentaram redução de 28,0%, em função da menor participação da fibra crisotila no processo industrial e da retração do setor de materiais de construção, conforme comentado na seção "Conjuntura e Mercado". Já o mercado externo apresentou queda de 22,8%, devido a uma agressiva política de preços praticada pelas mineradoras da Rússia e Cazaquistão e da maior competitividade das telhas metálicas em importantes mercados do continente asiático.

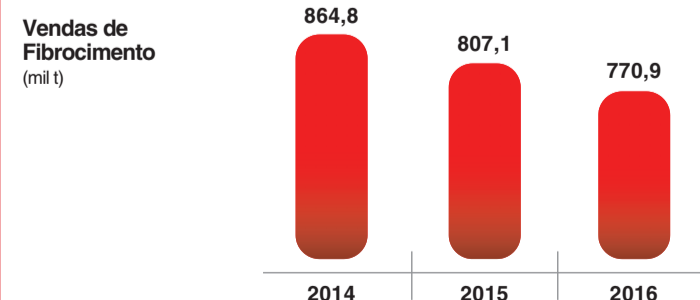


(1) O volume apresentado do mineral crisotila contempla as vendas *intercompany*, que representam 49,4% do volume vendido para o mercado interno em 2016.

A SAMA manteve sua participação entre as três maiores mineradoras no mercado mundial de produção do crisotila, no ano de 2016.

##### Fibrocimento

No acumulado do ano de 2016, as vendas de fibrocimento atingiram 770,9 mil toneladas, 4,5% menor em relação a 2015, decorrente da retração do mercado de materiais de construção devido a fatores como desemprego, menor distribuição de renda, altos juros e maior rigidez na concessão de crédito, inibindo o consumo de materiais tanto para reformas quanto para novas construções.

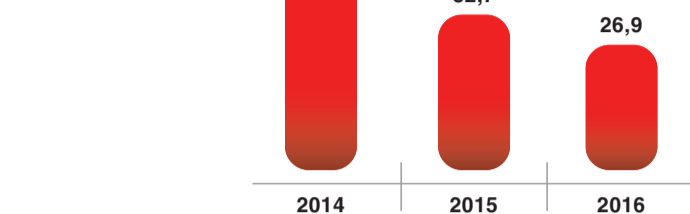


A Eternit manteve a liderança no mercado brasileiro de fibrocimento em 2016 com participação de aproximadamente 30%.

##### Telhas de Concreto

Em 2016 o volume vendido foi de 26,9 milhões de peças, inferior em 17,4% quando comparado ao ano de 2015, decorrentes, principalmente, do adiamento das obras pelos consumidores de média e alta renda, consequência da falta de confiança dos consumidores e das incertezas com a economia.

##### Vendas de Telhas de Concreto



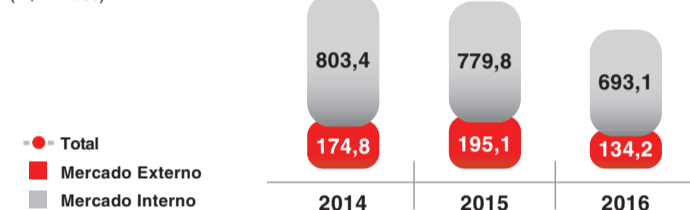
A Tégula manteve a liderança no mercado brasileiro de telhas de concreto com participação de aproximadamente 22% em 2016. Em 15/02/2017 foi aprovada, pelo Conselho de Administração, a reestruturação das unidades produtivas da controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda., a qual atua neste segmento. Vide mais informações no item "8. Reestruturação da Tégula Soluções para Telhados Ltda."

#### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

##### Receita Líquida Consolidada

Em 2016, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 827,3 milhões, 15,1% inferior ao mesmo período de 2015. As exportações somaram R\$ 134,2 milhões, redução de 31,2% em relação a 2015, decorrente do menor volume de vendas e da redução do preço em dólar para fazer frente à forte concorrência, compensado parcialmente pela valorização de 4,7% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período). Já as vendas no mercado interno totalizaram R\$ 693,1 milhões, redução de 11,1%, devido, principalmente, a menores volumes de vendas em seus segmentos de atuação e maior comercialização de um *mix* popular, neutralizadas pelo aumento de preço do mineral crisotila. Neste período, a receita líquida consolidada era composta por 64% de fibrocimento, 27% de mineral crisotila, 6% de telhas de concreto e acessórios e 3% de outros (como metais sanitários, caixas d'água de polietileno, soluções construtivas, dentre outros).

##### Receita Líquida Consolidada



##### Custo dos Produtos Vendidos

No ano de 2016, o custo dos produtos vendidos consolidado totalizou R\$ 564,1 milhões, 5,7% inferior ao valor registrado em 2015, devido, principalmente, aos menores volumes de vendas de seus segmentos de atuação, que foram parcialmente neutralizados por pressões de custos decorrentes de inflação (principalmente mão de obra) e menor utilização da capacidade instalada. Como consequência, a margem bruta retraiu 7 p.p., em relação ao ano anterior, encerrando o ano em 32%.

##### Despesas Operacionais

As despesas operacionais totais de 2016 totalizaram R\$ 223,0 milhões, redução de 13,2% frente a 2015, sendo as principais variações:

**Despesas com vendas:** redução de 7,1% devido à retração das vendas em seus segmentos de atuação e adequação da estrutura comercial.

**Despesas gerais e administrativas:** inferior em 15,0%, pelas ações do programa de redução estruturada de despesas, bem como menores gastos com provisão para participação nos resultados da Companhia face aos resultados do exercício social de 2016.

**Outras (despesas) receitas operacionais:** referem-se a gastos não recorrentes no decorrer do ano referente ao pagamento das custas processuais para o ingresso de recurso ordinário nos autos das Ações Cíveis Públicas Ajuizadas em São Paulo; gastos com paradas excepcionais (ociosidade fabril) e contribuição adicional para o encerramento do plano de previdência privada da mineradora; compensados, parcialmente, por créditos extemporâneos de PIS/COFINS de exercícios anteriores.

Em R\$ mil	2014	2015	2016
Despesas com vendas	(116.528)	(114.704)	(106.593)
Despesas gerais e administrativas	(122.465)	(118.405)	(100.661)
Outras (despesas) receitas operacionais	(3.810)	(23.844)	(15.736)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(242.803)</b>	<b>(256.953)</b>	<b>(222.990)</b>

**Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação**  
Face a reestruturação da controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda., aprovada em 15 de fevereiro de 2017, a Companhia registrou perda estimada de seus ativos, sem efeito caixa, no valor de R\$ 11,7 milhões referente ao encerramento das atividades produtivas das fábricas de Frederico Westphalen/RS, Içara/SC, Anápolis/GO, São José do Rio Preto/SP e Camaçari/BA. Adicionalmente, foram registradas (i) perda estimada pela recuperabilidade de ativos deste segmento, sem efeito caixa, no valor de R\$ 3,8 milhões referente ao teste de recuperabilidade do ágio e outros ativos não circulantes; e (ii) provisão para reestruturação e desmobilização destes ativos no valor de R\$ 2,6 milhões.

##### Resultado da Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado da fábrica de louças sanitárias no Estado do Ceará, a *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC). No ano de 2016, o resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R\$ 29,3 milhões contra um resultado negativo de R\$ 27,7 milhões no mesmo período no ano anterior, devido à preferência de comercialização de produtos de menor valor agregado face a atual situação econômica do País, como elevado nível de desemprego e queda na renda das famílias, conforme comentado na seção "Conjuntura e Mercado". Apesar do progresso industrial do site com melhoria contínua nos indicadores de produtividade e com a disponibilidade de um portfólio mais diversificado com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio, seu resultado ainda reflete o momento econômico enfrentado pelos clientes, que consomem, principalmente, itens de baixo valor agregado.

##### Resultado Financeiro Líquido

No ano de 2016, o resultado financeiro líquido foi menor em 12,9% frente a 2015, devido a menores efeitos de variação cambial decorrente da política da não exposição, tanto a receber quanto a pagar, em moeda estrangeira da Companhia, e à redução dos rendimentos das aplicações financeiras, em função da menor disponibilidade de caixa, neutralizado, parcialmente, por maiores juros sobre endividamento.

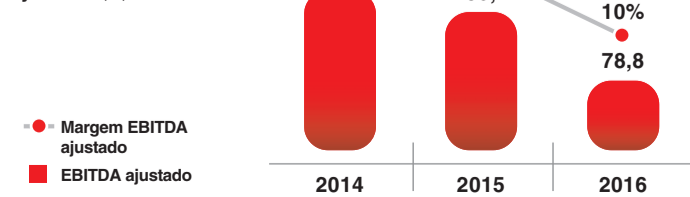
Em R\$ mil	2014	2015	2016
Despesas financeiras	(52.674)	(108.735)	(71.235)
Receitas financeiras	54.962	85.209	50.742
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>2.288</b>	<b>(23.526)</b>	<b>(20.493)</b>

A estratégia de proteção para o risco de câmbio consiste na obtenção do *hedge* natural, ou seja, a busca do equilíbrio mensal dos ativos e passivos em moeda estrangeira entre as empresas do Grupo.

##### EBITDA Ajustado

No ano de 2016, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 78,8 milhões, redução de 50,5% com margem de 10%, declínio de 6 pontos percentuais em relação ao ano de 2015, devido ao menor volume de vendas, baixa utilização da capacidade industrial e redução das margens operacionais decorrente da comercialização de um *mix* com menor valor agregado. Visando minimizar os efeitos negativos no EBITDA ajustado, a Companhia tem concentrado esforços em reduzir as despesas operacionais recorrentes, conforme comentado mais acima.

##### EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado



##### Reconciliação do EBITDA Consolidado (R\$ mil)

	2014	2015	2016
<b>(Prejuízo) lucro líquido</b>	<b>85.160</b>	<b>29.421</b>	<b>(37.682)</b>
Imposto de renda e contribuição social	44.924	39.196	9.955
Resultado financeiro líquido	(2.288)	23.526	20.493
Depreciação e amortização	37.704	39.401	38.572
<b>EBITDA<sup>(1)</sup></b>	<b>165.500</b>	<b>131.544</b>	<b>31.338</b>
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação <sup>(2)</sup>	-	-	18.109
Resultado da equivalência patrimonial	13.676	27.661	29.337
<b>EBITDA ajustado<sup>(3)</sup></b>	<b>179.176</b>	<b>159.205</b>	<b>78.784</b>

(1) Com o início das operações da *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC), o EBITDA consolidado contempla o seu resultado de acordo com o método da equivalência patrimonial e eventos não recorrentes, em linha com a instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527 de 04 de outubro de 2012.

(2) Referente à reestruturação da controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda.

(3) O EBITDA ajustado é um indicador utilizado pela Administração para analisar o desempenho econômico operacional nos negócios controlados integralmente pela Companhia, excluindo o resultado da equivalência patrimonial devido a CSC ser uma empresa de controle compartilhado (*joint venture*) e seus dados não serem consolidados, além dos eventos não recorrentes, sem efeito caixa.

##### (Prejuízo)/Lucro Líquido

Em 2016, a Eternit registrou prejuízo de R\$ 37,7 milhões e margem líquida de -5% contra um lucro líquido de R\$ 29,4 milhões e margem líquida de 3% no ano de 2015, em função dos aspectos comentados no EBITDA ajustado, neutralizado, parcialmente, por um menor resultado financeiro líquido.

##### (Prejuízo)/Lucro Líquido e Margem Líquida (%)



##### Endividamento

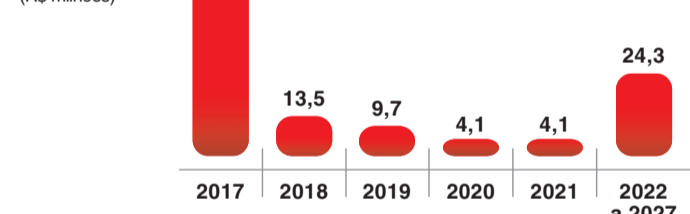
Em linha com a política de redução do endividamento, a Companhia encerrou o ano de 2016 com uma dívida líquida de R\$ 117,2 milhões, redução de 19,1% frente a dívida líquida de 31 de dezembro de 2015, ocasionada, por amortizações de empréstimos FINIMP<sup>(8)</sup> e FINAME<sup>(9)</sup> e da liquidação de contratos para capital de giro nas modalidades NCE<sup>(10)</sup> e ACE<sup>(11)</sup>. No período, a dívida bruta da Eternit e de suas controladas somava R\$ 125,1 milhões, principalmente, em função (i) dos títulos de CCB<sup>(12)</sup>, NCE e ACE; e (ii) de financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos.

O caixa e equivalentes de caixa mais aplicações financeiras de curto prazo totalizavam R\$ 7,9 milhões, sendo as aplicações financeiras remuneradas com uma taxa média ponderada de 106,2% da variação do CDI<sup>(13)</sup>.

	31/12/14	31/12/15	31/12/16
Dívida bruta - curto prazo	88.946	90.307	69.428
Dívida bruta - longo prazo	38.978	76.954	55.626
<b>Total da dívida bruta</b>	<b>127.924</b>	<b>167.261</b>	<b>125.054</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(13.367)	(5.578)	(5.143)
Aplicações financeiras de curto prazo	(35.023)	(16.734)	(2.708)
<b>Dívida líquida</b>	<b>79.534</b>	<b>144.949</b>	<b>117.203</b>
EBITDA ajustado	179.176	159.205	78.784
<b>Dívida líquida/EBITDA ajustado x</b>	<b>0,44</b>	<b>0,91</b>	<b>1,49</b>
<b>Dívida líquida/PL</b>	<b>15,4%</b>	<b>29,0%</b>	<b>25,5%</b>

A dívida em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2016, estava 100% protegida naturalmente com as contas a receber das exportações do crisotila. Neste mesmo período, a origem da dívida era composta por: 63% moeda nacional e 37% moeda estrangeira.

##### Fluxo de Amortização



Do fluxo de amortização previsto para o ano de 2017, 66,4% está atrelado às contas a receber da exportação.

(8) FINIMP: Financiamento à Importação.

(9) FINAME: Agência Especial de Financiamento Industrial.

(10) NCE: Nota de Crédito à Exportação.

(11) ACE: Adiantamento de Contrato de Exportação.

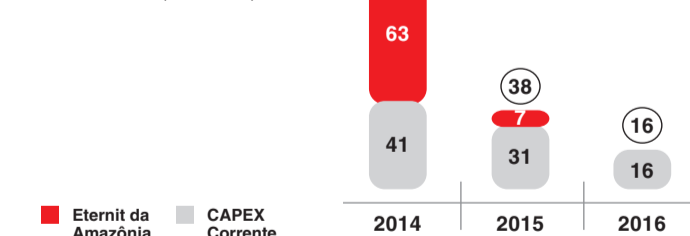
(12) CCB: Cédula de Crédito Bancário.

(13) CDI: Certificado de Depósito Interbancário.

##### CAPEX

No ano de 2016, os investimentos somaram R\$ 15,7 milhões, redução de 58,6% quando comparado com o ano anterior, sendo destinados à manutenção e atualização do parque industrial do Grupo.

##### CAPEX Consolidado (R\$ milhões)



A previsão de CAPEX para o ano de 2017 é cerca de R\$ 18,3 milhões, para manutenção e atualização do parque industrial, contudo, este montante não contempla eventuais aportes em empresas controladas.

##### Valor Adicionado

O valor adicionado do ano totalizou R\$ 319,9 milhões, 35,8% menor em relação a 2015. Deste montante, foram destinados R\$ 147,3 milhões aos colaboradores e R\$ 128,8 milhões aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

R\$ mil	2014	2015	2016
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>546.448</b>	<b>497.860</b>	<b>319.860</b>
Pessoal	191.345	188.694	147.280
Impostos, taxas e contribuições	193.814	150.266	128.789
Remuneração de Capitais de Terceiros	76.130	129.479	81.473
Remuneração de Capitais Próprios	85.159	29.421	(37.682)
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>546.448</b>	<b>497.860</b>	<b>319.860</b>

##### Perspectivas

Com o cenário econômico de incertezas e baixos índices de utilização da capacidade da indústria, em linha com os dados de crédito, emprego e renda, as projeções sobre o desempenho da economia no que se refere ao PIB 2017, em comparação com o ano de 2016, são de 0,5%, segundo relatório FOCUS de 10/03/2017, e o PIB da construção civil de -0,5%, conforme relatório de Inflação de dezembro de 2016 do Banco Central (BACEN).

Para o setor de materiais de construção, a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT) aponta para um cenário de estabilidade para o ano de 2017 frente a 2016, uma vez que o mercado permanece retraído diante do alto nível de desemprego e condições desfavoráveis ao crédito. Embora os índices de confiança do empresário tenham melhorado devido, especialmente, às expectativas futuras, segundo a ABRAMAT, somente um conjunto de medidas de incentivo à demanda, redução de juros e diminuição do desemprego poderá modificar a tendência no setor de materiais de construção.



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital				Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Nota explicativa	Capital social	Subvenção para investimentos	Ágio na Aquisição de Ações	Ações em tesouraria	Estatutária	Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 01 de janeiro de 2015		334.251	19.437	23	(174)	31.251	34.891	102.603	-	514.791	17	514.808
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	160	-	(7.491)	-	160
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	29.420	-	1	29.421
Constituição de reservas	17	-	-	-	-	1.471	1.471	1.784	(4.726)	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.686)	-	(1.686)
Destinação do lucro líquido:												
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,166 por ação em circulação	17	-	-	-	-	-	-	(6.621)	(23.083)	-	-	(29.704)
Dividendos - R\$ 0,072 por ação em circulação	17	-	-	-	-	-	-	(11.272)	(1.611)	-	-	(12.883)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	86.654	-	(9.177)	18	500.116
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	166	-	-	1	163
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(37.683)	-	(3)	(37.682)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(37.683)	37.683	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.948)	-	(2.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	49.137	-	(12.125)	16	459.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015			
Fluxo de caixa das atividades operacionais (Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(44.434)	20.940	(27.727)	68.617						
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:											
Resultado da equivalência patrimonial	9	15.335	(45.116)	29.337	27.661						
Depreciação e amortização		14.880	13.470	38.572	39.401						
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	23	(5)	(100)	(3.123)	165						
Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	6	1.980	1.493	3.420	2.531						
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	1, 3, 3, 7 e 30	(527)	(267)	1.025	(267)						
Perda estimada para redução ao valor recuperável	1, 3, 3, 7 e 30	-	-	14.460	-						
Perda estimada para desmobilização e provisão de reestruturação	1, 3, 3, 7 e 30	-	-	2.586	-						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		1.344	23.605	7.209	27.467						
Provisão para benefício pós-emprego		1.901	1.307	1.426	635						
Provisão para desmobilização da mina		-	-	1.261	2.570						
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		(416)	6.745	(828)	13.011						
Rendimento de aplicações financeiras		(74)	(993)	(841)	(3.331)						
Variação líquida das despesas antecipadas		6.020	2.886	7.106	5.067						
		(3.996)	23.970	73.883	183.527						
(Aumento) redução nos ativos operacionais:											
Contas a receber		(14.259)	(3.503)	7.100	(669)						
Estas relacionadas a receber		965	(5.150)	2.100	(391)						
Impostos a recuperar	7	15.373	(38.766)	22.491	(36.023)						
Depósitos judiciais		1.603	(1.836)	3.380	(4.085)						
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		(4.132)	(4.765)	(4.586)	(5.588)						
Outros ativos		44.759	98.341	-	-						
Ativo mantido para venda		(1.430)	(5.389)	2.842	(12.209)						
		(16)	-	(16)	-						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2016** (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, no segmento Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3.S.A. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubs de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 17).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 9 unidades industriais no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da sede	Atividade principal
SAMA S.A.	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Wagner da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	99,99%	99,99%	Manaus/AM	Pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção, fios de polipropileno.
Engedis Distribuição Ltda.	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Wagner Ltda.	99,84%	99,84%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como os dados correlacionados à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 25.

**Eventos operacionais relevantes**

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/1995 - Decreto nº 2.350/1997 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contêm.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibiam a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, respectivamente, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/2012 o julgamento de mérito das ADI nº 3.357 e nº 3.937, em face das Leis estaduais nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul e nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, respectivamente. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurélio - votou pela inconstitucionalidade das leis, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento. Em 23/11/2016 foi retomado o julgamento, de ação nº 3.357, tendo o Ministro Edson Fiacchin julgado improcedente o pedido formulado na ação, enquanto que o Ministro Dias Toffoli pediu vista dos autos. Quanto a ADI nº 3.937, também foi dada vista ao Ministro Dias Toffoli.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/2013, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

O governo do Estado de Mato Grosso regulamentou a Lei nº 9.583/2011 através do decreto nº 68/2015, publicado no dia 16 de abril de 2015, que veda o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

O Governo do Estado de Amazonas promulgou em 06/05/2015 a Lei nº 258/2015, que proíbe o uso de produtos contendo asbestos no Estado de Amazonas, estando pendente de regulamentação.

O Governo de Santa Catarina promulgou em 13/01/2017 a Lei nº 17.076/2017, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham qualquer tipo de amianto no Estado de Santa Catarina, estando pendente de regulamentação.

**Reestruturação operacional**

Foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 15 de fevereiro de 2017, a reestruturação das unidades produtivas da Controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda.

O objetivo da reestruturação foi adequar a controlada Tégula para operar em mercados com maior rentabilidade operacional. Desta forma, as atividades de produção de telhas de concreto das unidades de Frederico Westphalen/RS, Içara/SC, Anápolis/GO, São José do Rio Preto/SP e Camaçari/BA foram encerradas.

Em virtude dessa reestruturação foi realizada a recuperabilidade dos ativos das referidas unidades fabris, utilizando a metodologia de valor em uso, no qual originou em uma redução dos mesmos ao valor recuperável bem como a constituição de provisões para reestruturação e desmobilização, reconhecidas no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2016 as quais totalizaram o montante de R\$ 14.313.

**Aprovação das demonstrações contábeis**

A apresentação das demonstrações contábeis anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2017, para divulgação na mesma data.

**2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis.

Ressalta-se, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para atender este critério.

**2.1. Declaração de conformidade e base para preparação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), introduzidas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

**2.2. Declaração de conformidade e base para preparação**

**Continuidade Operacional**  
A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, e conforme divulgada na nota explicativa nº 1, a Companhia efetuou a reestruturação de algumas unidades da controlada Tégula, com o objetivo de retomar o crescimento de tal controlada.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

**2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CESS, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as demonstrações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

**2.4. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**2.5. Moeda estrangeira**

Na elaboração das demonstrações contábeis de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

**2.6. Instrumentos financeiros**

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

**a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

**i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**  
São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demons-

trações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

**ii) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

**iii) Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

**i) Outros passivos financeiros**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 12).

**2.7. Norma, alterações e interpretações de normas**

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações contábeis que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações contábeis
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros de não derivativos e Hedge lor justo; (ii) a norma divide todos os ativos finan- ceiros, que estão atualmente no escopo do IAS assim não se 39, em duas classificações: custo amortizado e espera grandes valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para variações, venda e mantidos até o vencimento de IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas. Aprovado em Dez-2016 com vigência alterada para a partir de 01/01/2018.	O Grupo não o tempo grandes volumes de transações com derivativos e Hedge lor justo. Os principais objetivos são: 15 provoca re- impacto rele- conhecimento de receita, fornecendo princípios vante em suas claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) demonstrações fornecer um modelo de reconhecimento de re- contábeis, porém ceita único, aprimorando a comparabilidade da está em avalia- informação contábil-financeira; e (iii) simplificar ção do mesmo, o processo de elaboração das demonstrações estando assim contábeis. Aplicar-se-á a todos os contratos com impossibilitados clientes, exceto locações, instrumentos finance- de divulgar tais ros e contratos de seguro, tendo maior efetivi- feitos. dade de alteração nos ramos de telecomuni- ções e Incorporação Imobiliária. Aprovado em Dez-2016 com vigência alterada para a partir de 01/01/2018.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes CPC 34 - Receita de Contrato com Cliente	Tem o objetivo, em última instância, de substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros de não derivativos e Hedge lor justo; (ii) a norma divide todos os ativos finan- ceiros, que estão atualmente no escopo do IAS assim não se 39, em duas classificações: custo amortizado e espera grandes valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para variações, venda e mantidos até o vencimento de IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas. Aprovado em Dez-2016 com vigência alterada para a partir de 01/01/2018.	O Grupo não o tempo grandes volumes de transações com derivativos e Hedge lor justo. Os principais objetivos são: 15 provoca re- impacto rele- conhecimento de receita, fornecendo princípios vante em suas claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) demonstrações fornecer um modelo de reconhecimento de re- contábeis, porém ceita único, aprimorando a comparabilidade da está

**3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura**  
Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Controlada:		
Sama	16.559	16.559
Tégula (i)	-	3.436
<b>Total</b>	<b>16.559</b>	<b>19.995</b>

(i) No grupo do Intangível

### 3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

### 3.3. Perdas pela não recuperabilidade de ativos

A Companhia realiza testes de recuperação de seus ativos, notadamente de ágio e de outros ativos não circulantes, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxas de crescimento, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-financeiras de longo prazo. Adicionalmente as projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia e suas controladas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Os testes de recuperação destes ativos são realizados anualmente em dezembro, sendo antecipados se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade. O valor presente do fluxo de caixa descontado, ou valor em uso é comparado com o valor contábil desse ativo.

Com base nas premissas mencionadas anteriormente, a Companhia identificou a necessidade de registro de perda pela recuperabilidade de ativos no montante de R\$ 3.796 em sua controlada Tégula, sendo R\$ 3.436 pelo resultado do teste de recuperabilidade do ágio e R\$ 360 pelo resultado do teste de recuperabilidade de outros ativos não circulantes. A reversão das perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

### 3.4. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

### 3.5. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

### 3.6. Provisão para benefício pós-emprego

O valor atual da provisão para benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 16. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	52	2.850	1.639	5.463
Aplicações em certificados de depósito bancários	3.313	-	3.504	115
	<u>3.365</u>	<u>2.850</u>	<u>5.143</u>	<u>5.578</u>

Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos	32	3.114	2.708	16.734

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, remunerados pelas taxas médias de 106,2% da variação do CDI (100,9% em 31 de dezembro de 2015).

São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

## 6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mercado interno	89.718	77.222	121.174	111.336
Mercado externo	-	-	46.124	69.316
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(317)	(319)
	<u>89.718</u>	<u>77.222</u>	<u>166.981</u>	<u>180.333</u>
Perda em créditos de liquidação duvidosa	(4.883)	(3.885)	(8.318)	(7.991)
	<u>84.835</u>	<u>73.337</u>	<u>158.663</u>	<u>172.342</u>

### Composição do saldo de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	78.623	68.163	141.430	153.946
Valores vencidos:				
Até 30 dias	4.582	2.690	11.894	14.439
Entre 31 e 60 dias	714	536	1.196	1.319
Acima de 60 dias	916	1.948	4.143	2.638
	<u>84.835</u>	<u>73.337</u>	<u>158.663</u>	<u>172.342</u>

### Movimentação da perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(3.885)	(3.307)	(7.991)	(6.889)
Adição	(2.847)	(1.720)	(4.956)	(2.786)
Reversão	867	227	1.536	255
Baixa	982	915	3.093	1.229
Saldo final	<u>(4.883)</u>	<u>(3.885)</u>	<u>(8.318)</u>	<u>(7.991)</u>

## 7. ESTOQUES

### Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(3.885)	(3.307)	(7.991)	(6.889)
Adição	(2.847)	(1.720)	(4.956)	(2.786)
Reversão	867	227	1.536	255
Baixa	982	915	3.093	1.229
Saldo final	<u>(4.883)</u>	<u>(3.885)</u>	<u>(8.318)</u>	<u>(7.991)</u>

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem garantias em aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de contas a receber de partes relacionadas.

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários, honorários e benefícios	5.957	5.100	7.170	6.201
Encargos sociais	1.644	1.365	2.013	1.702
Participação nos lucros - PLRE	1.080	1.859	1.220	2.066
PLRE complementar	-	714	-	737
Benefício pós-emprego	85	87	85	114
	<u>8.766</u>	<u>9.125</u>	<u>10.488</u>	<u>10.820</u>

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo oferece PLRE complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse PLRE complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos

### Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Custo	Controladora									
	Terrenos	Edifícios e benfeitórias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	2.021	33.485	110.014	13.082	83.746	1.659	6.044	4.351	28.980	283.382
Adições	-	-	1.408	-	-	-	-	-	19.929	21.337
Baixas	-	-	(19)	-	(6)	(244)	(11)	(71)	-	(351)
Transferências	1.157	1.769	31.590	454	2.758	-	378	455	(38.561)	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	107	107
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.178	35.254	142.993	13.536	86.498	1.415	6.411	4.735	10.455	304.475
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	8.662	8.662
Baixas	-	(1)	(167)	-	(30)	(66)	(20)	(171)	-	(455)
Transferências	-	438	15.234	542	2.159	-	96	205	(18.674)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.178</b>	<b>35.691</b>	<b>158.060</b>	<b>14.078</b>	<b>88.627</b>	<b>1.349</b>	<b>6.487</b>	<b>4.769</b>	<b>443</b>	<b>312.682</b>
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	58.390	61.591	107.403	110.595
Produtos semi-acabados	-	-	1.231	3.486
Revenda	7.396	8.371	10.253	11.700
Matérias-primas	21.771	32.438	23.479	33.936
Materiais auxiliares	7.096	7.626	21.497	26.637
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido (*)	(1.071)	(1.598)	(2.996)	(1.971)
	<u>93.582</u>	<u>108.428</u>	<u>160.867</u>	<u>184.383</u>

(\*) A contrapartida da perda estimada está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da perda estimada para redução ao valor realizável líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(1.598)	(1.865)	(1.971)	(2.238)
Adição	(1.039)	(398)	(2.622)	(398)
Reversão	1.566	665	1.597	665
Saldo final	<u>(1.071)</u>	<u>(1.598)</u>	<u>(2.996)</u>	<u>(1.971)</u>

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	2.943	2.208	3.475	4.365
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	288	201	531	475

## 9. INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados os detalhes dos investimentos das controladas e da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. ("CSC"):

Resumo da composição dos investimentos:

	Eternit da Amazônia		Prel	SAMA	Tégula	Wagner	CSC	Total
	Precon	31/12/2016						
Investimentos	33.593	29.053	7.313	81.789	27.159	4.695	3.546	187.148
Mais valia dos ativos líquidos	-	-	-	16.559	-	-	-	16.559
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>33.593</b>	<b>29.053</b>	<b>7.313</b>	<b>98.348</b>	<b>27.159</b>	<b>4.695</b>	<b>3.546</b>	<b>203.707</b>
Em 01 de janeiro de 2015	11.685	23.985	7.830	106.944	67.134	4.164	34.338	256.080
Dividendos	-	(8.035)	(822)	(81.682)	-	-	-	(90.539)
Juros sobre o capital próprio	-	(1.408)	-	(5.537)	-	-	-	(6.945)
Resultado da equivalência patrimonial	(11.942)	12.349	813	82.615	(11.028)	(30)	(27.661)	45.116
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	320	-	-	-	320
Aporte de capital	29.522	-	-	-	-	-	18.105	47.627
Em 31 de dezembro de 2015	29.265	26.891	7.821	102.660	56.106	4.134	24.782	251.659
Dividendos	-	(2.773)	(998)	(26.335)	-	(1.412)	-	(31.518)
Juros sobre o capital próprio	-	(2.096)	-	(6.680)	-	-	-	(8.776)
Resultado da equivalência patrimonial	4.328	7.031	490	29.127	(28.947)	1.973	(29.337)	(15.335)
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	(424)	-	-	-	(424)
Aporte de capital	-	-	-	-	-	-	8.101	8.101
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>33.593</b>	<b>29.053</b>	<b>7.313</b>	<b>98.348</b>	<b>27.159</b>	<b>4.695</b>	<b>3.546</b>	<b>203.707</b>

O saldo de investimentos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 3.546 (R\$ 24.782 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao investimento na controlada em conjunto CSC. Durante o exercício de 2016 foram realizados aportes de capital no montante de R\$ 8.101 (R\$ 18.105 em 2015).

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas e participação em controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2016:

	Controladas						Controlada em Conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	
Ativo circulante	12.515	27.000	1.369	127.103	20.124	1.703	71.635
Ativo não circulante	88.743	14.954	6.126	102.882	31.798	4.565	116.678
Passivo circulante	16.116	9.338	182	80.398	7.761	12	67.406
Passivo não circulante	50.786	3.561	-	64.222	16.999	1.554	114.997
Patrimônio líquido	34.356	29.055	7.313	85.365	27.162	4.702	5.910
Participação proporcional	99,9900%	99,9946%	99,9977%	99,9977%	99,9900%	99,8400%	60%
Lucro não realizado nos estoques	(760)	-	-	(3.574)	-	-	-
Valor contábil do investimento	33.593	29.053	7.313	81.789	27.159	4.695	3.546
Receita operacional líquida	20.098	72.286	-	309.513	47.918	-	48.344
Custo dos produtos vendidos	(38.340)	(54.918)	-	(181.260)	(38.340)	-	(55.621)
Lucro não realizado nos estoques	(75)	-	-	2.126	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) de operações em continuidade	4.328	7.031	490	29.128	(28.950)	1.976	(48.895)
Atribuível a:							
Participação da Companhia	4.328	7.031	490	29.127	(28.947)	1.973	(29.337)

Depreciação acumulada	Controladora											Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento			
Saldos em 01 de janeiro de 2015	-	(20.079)	(48.278)	(10.664)	(51.479)	(1.036)	(3.158)	(3.029)	-	-	(137.723)	
Adições	-	(791)	(3.804)	(748)	(5.708)	(71)	(495)	(435)	-	-	(12.052)	
Baixas	-	-	19	-	1	120	9	71	-	-	220	
Transferências	-	-	(3)	-	3	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(20.870)	(52.066)	(11.412)	(57.183)	(987)	(3.644)	(3.393)	-	-	(149.555)	
Adições	-	(836)	(5.026)	(601)	(5.695)	(51)	(490)	(454)	-	-	(13.153)	
Baixas	-	1	155	-	30	66	16	170	-	-	438	
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(21.705)	(56.937)	(12.013)	(62.848)	(972)	(4.118)	(3.677)	-	-	(162.270)	
Valor residual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Em 01 de janeiro de 2015	2.021	13.406	61.736	2.418	32.267	623	2.886	1.322	28.980	-	145.659	
Em 31 de dezembro de 2015	3.178	14.384	90.927	2.124	29.315	428	2.767	1.342	10.455	-	154.920	
Em 31 de dezembro de 2016	3.178	13.986	101.123	2.065	25.779	377	2.369	1.092	443	-	150.412	

Custo	Consolidado											Total		
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Desmobilização da mina		Obras de contenção na mina	Imobilizações em andamento
Saldos em 01 de janeiro de 2015	5.404	82.019	207.804	30.058	26.855	230.168	23.675	1.776	18.238	9.315	5.778	13.387	107.222	761.699
Adições	-	-	1.418	-	13	-	-	-	-	10	-	-	47.526	48.967
Baixas	-	(276)	(3.627)	(2)	-	(18)	(474)	(58)	(655)	(357)	-	-	-	(5.467)
Transferências	1.157	6.368	121.732	657	454	10.460	473	-	728	731	-	-	(142.760)	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	844	844
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.561	88.111	327.327	30.713	27.322	240.610	23.674	1.718	18.311	9.699	5.778	13.387	12.832	806.043
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.587	14.587
Baixas	(916)	(5.257)	(14.807)	-	(7.004)	(4.725)	(1.557)	-	(428)	(686)	-	-	-	(35.388)
Transferências	10	(2.093)	17.336	146	3.291	8.424	-	-	(2.553)	314	805	-	(25.680)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.655	80.761	329.856	30.859	23.609	244.309	22.117	1.718	15.330	9.327	6.583	13.387	1.731	785.242
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 01 de janeiro de 2015	-	(49.168)	(110.751)	(23.546)	(22.338)	(170.197)	(19.907)	(1.604)	(9.975)	(6.708)	(1.550)	(4.271)	-	(420.015)
Adições	-	(1.824)	(9.604)	(4.265)	(2.137)	(14.354)	(1.467)	(124)	(1.256)	(886)	(231)	(812)	-	(36.960)
Baixas	-	11	3.617	2	-	3	296	58	62	357	-	-	-	4.979
Transferências	-	-	1	-	-	6	-	-	(4)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(50.981)	(116.737)	(27.809)	(24.475)	(184.532)	(21.078)	(1.670)	(10.613)	(7.237)	(1.781)	(5.083)	-	(451.996)
Adições	-	(2.221)	(11.899)	(2.244)	(1.486)	(13.926)	(839)	(46)	(1.146)	(880)	(263)	(823)	-	(35.773)
Baixas	-	2.101	6.226	-	6.619	2.807	1.527	-	304	659	-	-	-	20.243
Transferências	-	1.453	(1.147)	-	(1.085)	(822)	(2)	-	1.602	1	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(49.648)	(123.557)	(30.053)	(20.427)	(196.473)	(20.392)	(1.716)	(9.853)	(7.457)	(2.044)	(5.906)	-	(467.526)
Valor residual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 01 de janeiro de 2015	5.404	32.851	97.053	6.512	4.517	59.971	3.768	172	8.263	2.607	4.228	9.116	107.222	341.684
Em 31 de dezembro de 2015	6.561	37.130	210.590	2.904	2.847	56.078	2.596	48	7.698	2.462	3.997	8.304	12.832	354.047
Em 31 de dezembro de 2016	5.655	31.113	206.299	806	3.182	47.836	1.725	2	5.477	1.870	4.539	7.481	1.731	317.716

Em razão de processos judiciais, a controlada SAMA ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor de custo de R\$ 2.150 (R\$ 2.150 em 31 de dezembro de 2015).

12. FORNECEDORES	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mercado interno	18.989	21.244	31.694	36.318
Mercado externo	1.613	2.678	1.872	5.102
	20.602	23.922	33.566	41.420

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Política contábil	-	-	-	-
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.	-	-	-	-
No exercício de 2016 o Grupo efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis, totalizando o montante de R\$ 737. O saldo capitalizado em 2015 foi de R\$ 13.959 e a taxa média de juros efetivos de 2,26% a.a.	-	-	-	-

Circulante:	Taxa de juros e comissões - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,76% a 9,85% a.a. + TJLP e 10%	1.487	1.610	2.282	5.105
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,87% a 3,07% a.a.	2.875	3.082	12.115	14.910
Moeda estrangeira para aquisição de matéria-prima	De 2,19% a 2,73% a.a.	4.255	1.566	4.255	1.566
Moeda nacional (leasing financeiro) para aquisição de equipamentos de informática	1,14 a 1,23% a.a.	-	-	9	251
Moeda nacional para capital de giro (NCE - Nota de crédito exportação)	117,60% a.a.	-	-	21.091	68.406
Moeda estrangeira para capital de giro (ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação)	De 3,17% a 4,20% a.a.	-	-	11.552	-
Moeda nacional para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	De 7,06% a 8,24% a.a.	-	-	165	-
Moeda estrangeira para aquisição de matéria-prima	2,78% a.a.	1.720	-	1.720	-
Moeda estrangeira para capital de giro (NCE - Nota de Crédito de Exportação)	De 3,46% a 3,65% a.a.	-	-	15.561	-
<b>Total circulante</b>		<b>10.337</b>	<b>6.258</b>	<b>68.750</b>	<b>90.238</b>
Não circulante:					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,76% a 9,85% a.a. + TJLP e 10%	1.365	2.763	2.008	4.207
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,87% a 3,07% a.a.	1.341	5.274	15.470	36.245
Moeda estrangeira para aquisição de matéria-prima	De 2,19% a 2,73% a.a.	1.656	8.257	1.656	8.257
Moeda nacional para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	De 7,06% a 8,24% a.a.	-	-	36.492	28.245
<b>Total não circulante</b>		<b>4.362</b>	<b>16.294</b>	<b>55.626</b>	<b>76.954</b>
<b>Total</b>		<b>14.699</b>	<b>22.552</b>	<b>124.376</b>	<b>167.192</b>

Fluxo de pagamento do não circulante:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	10.984	-	24.408
2018	3.637	5.231	13.468	19.967
2019	725	79	9.720	9.565
2020	-	-	4.131	3.138
2021	-	-	4.055	3.138
2022 até 2027	-	-	24.252	16.738
	4.362	16.294	55.626	76.954

O Grupo possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras às quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2016, tais como (i) instalar pedido de falência, recuperação judicial ou extra judicial, (ii) diminuição do patrimônio da companhia e montantes que possam torna-los incapazes de liquidar as obrigações previstas em contrato, (iii) ser condenado por decisão final ou assinar acordo de leniência pela prática de atos ou condutas lesivas a administração públicas. Eventuais garantias estão divulgadas na nota explicativa 28.

14. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Férias	8.576	9.297	14.322	15.726
Participação nos lucros e resultados (a)	1.314	2.821	4.232	7.120
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	576	622	1.002	1.056
Instituto nacional do seguro social - INSS	1.941	2.115	3.388	3.352
Outros	6	3	444	468
	12.413	14.858	23.388	27.722

(a) O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participação nos lucros e resultados	
	31/12/2016	31/12/2015
Controladora	109	4.168
Consolidado	2.955	7.465

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante:</b>				
Tributos sobre o lucro	-	-	-	-
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	1.940	1.188
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	-	-	344	698
Demais tributos	-	-	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.108	5.176	10.657	7.989
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	2.410	2.227	2.832	2.538
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.960	1.175	2.639	2.444
Programa de integração social - PIS	397	241	545	508
Impostos de renda retido na fonte - IRRF	1.021	1.708	1.967	2.504
Imposto sobre operações financeiras - IOF	31	12	74	28
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais	-	-	885	1.423
Outros	103	158	377	547
<b>Total</b>	<b>14.030</b>	<b>10.697</b>	<b>22.260</b>	<b>19.867</b>
<b>Não circulante:</b>				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	1.746	6.477	4.699	8.969

(\*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUZIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon como também FUNDOPEM, PRODUZIR na controlada Tégula e INCENTIVO de 7% e 90,25% respectivamente na Eternit da Amazônia.

16. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Política contábil</b>				
<b>Custos de aposentadoria</b>				
Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.				
<b>I) Benefícios futuros de saúde</b>				
O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício de 2016.				
<b>a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios</b>				
Taxa anual de juro atuarial real		6,14%	7,27%	
Taxa anual real de evolução dos custos médicos		3,80%	3,80%	
Taxa anual de inflação projetada		5,15%	6,49%	
Tábua de mortalidade geral		AT-2000	AT-2000	
<b>b) Passivo de plano de benefício pós-emprego</b>				
Circulante	3.184	2.749	5.115	4.890
Não circulante	37.128	31.839	50.104	44.437
	40.312	34.588	55.219	49.327
<b>c) Despesa líquida com benefício pós-emprego</b>				
Custo dos juros e serviços corrente	4.653	3.930	6.318	5.892
Benefícios pagos	(2.752)	(2.624)	(4.892)	(4.453)
<b>Resultado líquido com benefício</b>	<b>1.901</b>	<b>1.306</b>	<b>1.426</b>	<b>1.439</b>
<b>d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:</b>				
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2015				

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

### a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(44.434)	20.940	(27.727)	68.617
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	15.108	(7.120)	9.427	(23.330)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(5.214)	15.339	(9.975)	(9.405)
Juros sobre o capital próprio	(2.984)	7.738	-	10.099
Doações e brindes	(56)	(176)	(859)	(969)
Tributos e multas indedutíveis	(96)	(80)	(164)	(128)
Incentivo Fiscal	-	-	271	798
Contingências trabalhistas	(36)	(7.177)	(36)	(7.177)
Provisão Pis e Cofins (receitas financeiras)	(375)	-	(375)	-
Resultado operação swap	(171)	-	(436)	-
Prejuízo fiscal sem constituição do diferido	-	-	(5.315)	(2.919)
Outras (adições) exclusões líquidas	575	(44)	(2.493)	(6.165)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	6.751	8.480	(9.955)	(39.196)
Taxa efetiva	-16,6%	40,5%	41,6%	-57,1%

### b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois, grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 01 de janeiro de 2015	24.750	-	53.299	-
Constituição diferenças temporárias	8.121	-	75.949	-
Reversão diferenças temporárias	(6.524)	-	(70.078)	-
Constituição sobre prejuízo fiscal	7.917	-	7.917	-
Reversão sobre prejuízo fiscal	-	-	(3.264)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	34.264	-	63.823	-
Constituição diferenças temporárias	8.862	-	70.756	-
Reversão diferenças temporárias	(6.781)	-	(66.837)	-
Constituição sobre prejuízo fiscal	5.970	-	5.970	-
Lucro nos Estoques	-	-	(1.057)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	42.315	-	72.655	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	18.995	13.026	25.402	19.432
Benefício pós-emprego	13.706	11.760	18.774	18.224
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.610	7.702	19.714	17.841
Lucros não realizados nos estoques	-	-	2.232	3.289
Provisão para perdas no recebimento de créditos	1.660	1.321	2.810	2.699
Provisão para participação nos lucros e resultados	447	959	1.429	2.398
Provisão para perda do imobilizado	1.271	1.271	1.271	1.271
Mercadorias não embarcadas	-	-	821	1.470
Outras provisões	(1.374)	(1.775)	202	(2.801)
	42.315	34.264	72.655	63.823

### Expectativa de realização dos créditos tributários

#### i. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2017	748	-	1.067	-
2018	1.579	-	1.974	-
2019	2.216	-	2.684	-
2020	2.823	-	3.387	-
2021 a 2026	11.629	-	16.290	-
	18.995	-	25.402	-

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2016, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 47.591 e saldo de base negativa de contribuição social de R\$ 42.758, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2016, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

#### ii. Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2017	6.057	-	11.299	-
2018	1.918	-	9.002	-
2019	1.918	-	2.847	-
2020	1.919	-	4.476	-
2021 a 2026	11.508	-	19.629	-
	23.320	-	47.253	-

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

### 20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro da Companhia, com base nas informações disponíveis até a data de autorização destas demonstrações contábeis para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, cujos impactos possam ser confiavelmente mensurados, conforme apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Processos trabalhistas (i)	39.280	39.177	51.282	48.581
Processos cíveis	-	-	5.578	-
Processos tributários (ii)	7.695	7.919	33.143	30.782
	46.975	47.096	90.003	84.281

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Provisões Trabalhistas	Provisões Tributárias	Total	
Saldo em 01 de janeiro de 2015	-	-	-	-
Adições	20.258	5.968	26.226	-
Pagamentos	23.466	1.956	25.422	-
Baixas	(843)	-	(843)	-
Reversões	(1.892)	-	(1.892)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.812)	(5)	(1.817)	-
Adições	39.177	7.919	47.096	-
Baixas	2.167	1.078	3.245	-
Reversões	(1.325)	(140)	(1.465)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(739)	(162)	(901)	-

	Consolidado			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2015	-	-	-	-
Adições	29.225	4.930	25.394	59.549
Pagamentos	23.904	-	5.394	29.298
Baixas	(843)	-	-	(843)
Reversões	(1.892)	-	-	(1.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.813)	(12)	(6)	(1.831)
Adições	48.581	4.918	30.782	84.281
Baixas	5.207	660	3.663	9.530
Reversões	(1.545)	-	(140)	(1.685)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(961)	-	(1.162)	(2.123)

### j) Na área trabalhista as principais provisões englobam

a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras.

b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia. Nesta ação se discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da unidade industrial cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA também Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Ambas ações, em 01 de março de 2016, foram julgadas em primeira instância parcialmente procedentes. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são: Foram excluídas as seguintes condenações, indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100 milhões; indenização por danos morais no valor de R\$ 50 mil em favor de cada ex-trabalhador não diagnosticado com doenças relacionadas ao Amianto; toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-empregados. Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao Amianto para R\$ 100 mil e R\$ 50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex-trabalhador falecido após o ajuizamento das ações para R\$ 100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: Assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao Amianto. Desta decisão caberá recursos pelas partes. A provisão foi constituída considerando as incertezas que rodeiam o valor reconhecido por vários meios de acordo com as circunstâncias. Estando em linha com o IAS 37.39 (CPC 25.39), que prevê que na mensuração de provisão que envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.

### ii) Na área tributária as principais provisões englobam

Variação de valores recolhidos a título de ICMS; Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS; e Diferença de valores reconhecidos relacionados à CEFEM.

### iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível

Em 31 de dezembro de 2016, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda possível e que podem ser mensurados confiavelmente, o montante consolidado de R\$ 15.146 (R\$ 19.526 em 31 de dezembro de 2015), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e onde alguns valores não são mensuráveis até a presente data:

- Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor da ação monta em R\$ 40.000.
- Ações civis públicas consumeristas nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.
- Ação de improbidade administrativa relacionada à compensação financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CEFEM, cujo valor monta em R\$ 38.795, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza, no valor de R\$ 13.729.
- Ação civil pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMÁ.
- Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item i "b", desta nota foi considerada como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia.
- Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra a Companhia perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 1 bilhão. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Ambas as ações ainda não foram julgadas.

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos, estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

## 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### Política contábil

#### Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

#### Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de vendas	655.962	679.553	1.048.748	1.221.417
Descontos e abatimentos incondicionais	(1.519)	(2.879)	(1.867)	(3.383)
Impostos incidentes sobre as vendas	(159.680)	(165.584)	(219.606)	(243.162)
Receita operacional líquida	494.763	511.090	827.275	974.872

## 22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(394.446)	(384.403)	(564.073)	(598.115)
Despesas com vendas	(60.616)	(58.313)	(106.593)	(114.704)
Despesas gerais, administrativas	(39.740)	(48.272)	(89.134)	(106.961)
Remuneração da administração	(8.055)	(7.121)	(11.527)	(11.444)
	(502.857)	(498.109)	(771.327)	(831.224)
Matéria-prima consumida	(258.688)	(249.109)	(369.725)	(401.704)
Despesas com pessoal e encargos	(116.133)	(119.209)	(160.853)	(165.278)
Materiais, energia elétrica e serviços	(46.416)	(44.661)	(57.932)	(55.413)

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são as seguintes:

	31/12/2016		31/12/2015		Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
	Ativo total	Passivo	Receita líquida	Lucro antes dos impostos		
<b>Fibrocimento</b>						
Sudeste	254.781	27.460	96.919	19.638	(3.385)	(4.655)
Sul	48.207	36.721	147.288	29.889	(5.099)	(5.197)
Centro-Oeste	85.579	48.534	191.667	44.567	(963)	(4.810)
Norte e Nordeste	32.219	25.147	90.496	18.337	(3.161)	(2.620)
	420.786	137.862	526.370	112.431	(12.608)	(17.282)
<b>Mineral crisotila</b>						
Mercado local	229.984	144.620	92.877	58.714	21.893	(5.953)
Mercado externo	-	-	134.245	72.761	19.539	(8.661)
	229.984	144.620	227.122	131.475	41.432	(14.614)
<b>Telhas de concreto</b>						
Outros (*)	48.609	21.601	41.804	9.284	(24.669)	(3.107)
Total	143.069	78.716	31.979	10.012	(31.882)	(3.569)
	842.448	382.799	827.275	263.202	(27.727)	(38.572)

(\*) Contemplado (R\$ 29.337) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

	31/12/2015		31/12/2016		Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
	Ativo total	Passivo	Receita líquida	Lucro antes dos impostos		
<b>Fibrocimento</b>						
Sudeste	226.850	48.611	95.639	23.709	(3.868)	(3.420)
Sul	52.191	64.034	148.870	36.947	(5.979)	(4.927)
Centro-Oeste	83.936	79.226	216.798	59.005	(3.510)	(3.751)
Norte e Nordeste	26.908	42.140	96.110	23.819	(3.894)	(2.260)
	389.885	234.011	557.417	143.480	(17.251)	(14.358)
<b>Mineral crisotila</b>						
Mercado local	271.088	87.166	134.095	77.164	41.471	(7.068)
Mercado externo	-	-	195.079	131.596	79.671	(10.282)
	271.088	87.166	329.174	208.760	121.142	(17.350)
<b>Telhas de concreto</b>						
Mercado local	71.814	24.133	54.869	13.827	(6.209)	(4.990)
Outros (*)	200.407	87.768	33.412	10.690	(29.065)	(2.701)
Total	933.194	433.078	974.872	376.757	68.617	(39.399)

(\*) Contemplado (R\$ 27.660) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

## 26. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados pelo Grupo, sob a orientação de seus consultores de seguros, em 31 de dezembro de 2016, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir. Esses seguros possuem vencimento médio em julho de 2017.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de terceiros	(19.006)	(25.127)	(50.178)	(58.670)
Depreciação e amortização	(14.880)	(13.469)	(38.572)	(39.399)

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 27.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, o Grupo mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado do Grupo, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	Nível 1	Nível 1	Nível 1	Nível 1
<b>Ativos financeiros Mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	3.365	2.850	5.143	5.578
Aplicações financeiras	32	3.114	2.708	16.734
Contas a receber mercado externo	-	-	46.124	69.316
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>3.397</b>	<b>5.964</b>	<b>53.975</b>	<b>91.628</b>
<b>Passivos financeiros Mensurados ao custo amortizado</b>				
Passivos financeiros				
Fornecedores	20.602	23.922	33.566	41.420
Empréstimos e financiamentos	14.699	22.552	124.376	167.192
	35.301	46.474	157.942	208.612
<b>Mensurados ao valor justo</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	374	69	678	69
	374	69	678	69
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>35.675</b>	<b>46.543</b>	<b>158.620</b>	<b>208.681</b>

#### b) Hierarquia do valor justo

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

#### a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2016, conforme abaixo.

Saldo (moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa (*)	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
		Posição em 31/12/2016	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD		3,2585	1,6293	2,4439	4,0731	4,8878
Cientes mercado externo	USD	46.124	23.062	34.593	57.655	69.186
USD		3,2591	1,6296	2,4443	4,0739	4,8887
Fornecedores mercado externo	USD	(1.872)	(936)	(1.404)	(2.340)	(2.808)
ACE	USD	(11.552)	(5.776)	(8.664)	(14.440)	(17.328)
Financiamentos (*)	USD	(33.495)	(16.748)	(25.121)	(41.869)	(50.243)
Financiamentos SWAP	USD	(678)	(339)	(509)	(848)	(1.017)
<b>Total das exposições</b>		<b>(1.473)</b>	<b>(737)</b>	<b>(1.105)</b>	<b>(1.842)</b>	<b>(2.210)</b>

(\*) Não contemplado os financiamentos com SWAP, cujo o efeito está demonstrado em linha específica.

#### a2) Operações com Derivativos:

I - Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Contratos de Swap USD e CDI

II - A Companhia possui três contratos desta modalidade, cujo valor agregado é de USD 5.272 mil com vencimentos até 17/10/2017, com posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

III - O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor de mercado, tanto para a ponta ativa quanto para a ponta passiva, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do Swap.

#### Abertura dos contratos do Grupo em 31 de Dezembro de 2016

	Valor referência nocional		Valor justo		Efeito acumulado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Contratos de swaps</b>						
<b>Posição ativa</b>						
Moeda estrangeira (USD)	5.272	524	5.305	530	55	-
<b>Posição passiva</b>						
CDI (R\$)	(17.545)	(2.045)	(17.976)	(2.110)	179	(726)

#### b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	3.313	-	3.504	115
Aplicações financeiras de curto prazo	32	3.114	2.708	16.734
<b>Total da exposição à taxa de juros</b>	<b>3.345</b>	<b>3.114</b>	<b>6.212</b>	<b>16.849</b>

A Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos meses. Dessa forma, a Companhia avalia a possibilidade de contratos com derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2016	Projeção receitas financeiras - um ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		13,63%	6,82%	10,22%	17,04%	20,45%	
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	3.504	3.982	3.265	3.146	4.101	4.220
Aplicações financeiras (investimentos de curto prazo)	CDI	2.708	3.077	2.523	2.431	3.169	3.262
		6.212	7.059	5.788	5.577	7.270	7.482
Empréstimos e Financiamentos - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2016	Projeção despesas financeiras - um ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		13,63%	6,82%	10,22%	17,04%	20,45%	
Empréstimos e financiamentos TJLP	CDI	21.091	23.966	19.652	18.934	24.684	25.406
Empréstimos e financiamentos SELIC	TJLP	1.413	1.519	1.360	1.333	1.545	1.572
Empréstimos e financiamentos	SELIC	465	529	434	418	545	561

#### c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos

Esta vertente de crescimento é pautada na diversificação do portfólio, por meio do desenvolvimento, lançamento de novos produtos e na entrada em novos segmentos de negócios, usando a estrutura do próprio Grupo ou a capacidade de terceiros. Dentro deste conceito encontram-se as soluções construtivas (placas cimentícias e o painel wall), telhas metálicas, louças, assentos e metais sanitários. Com exceção das soluções construtivas e louças, nos outros segmentos são utilizadas capacidades de terceiros.

A Companhia não tem controle sob algumas matérias-primas, como o cimento, calcário, areia, celulose reciclada, dessa forma um aumento significativo nos preços decorrentes de escassez, impostos, restrições, flutuações de taxas de câmbio ou redução nos prazos para pagamento podem impactar consideravelmente no custo de produção e afetar adversamente os negócios da Companhia.

#### d) Risco associado ao crescimento

Para os fornecedores em que a Eternit compra metais sanitários e revende no mercado brasileiro, a Companhia pode enfrentar dificuldades de encontrar novos parceiros caso haja uma dissolução no contrato de fornecimento.

## II. Risco de crédito

## 27.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A Companhia possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

#### I. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

#### a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em 31/12/2016 (US\$/€ 1,00 = R\$ 1,00)
	31/12/2016	31/12/2015	
Clientes no mercado externo	46.124	69.316	3,2585 US\$
Fornecedores no mercado externo	(1.872)	(5.102)	3,2591 US\$
ACE	(11.552)	-	3,2591 US\$
Financiamentos (USD) (*)	(33.495)	(58.778)	3,2591 US\$
Financiamentos (USD) SWAP	(678)	(69)	3,2591 US\$
Financiamentos (EUR)	-	(2.200)	3,4384 €
Total da exposição cambial	<b>(1.473)</b>	<b>3.167</b>	

(\*) Não contemplado os financiamentos com SWAP, cujo o efeito está demonstrado em linha específica.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

#### IV. Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2015. A Companhia incluiu na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem 31/12/2016	31/12/2015	Alavancagem 31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	14.699	22.552	124.376	167.192
Instrumentos financeiros derivativos	374	69	678	69
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.365)	(2.850)	(5.143)	(5.578)
<b>Dívida líquida</b>	<b>11.708</b>	<b>19.771</b>	<b>119.911</b>	<b>161.683</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>459.633</b>	<b>500.098</b>	<b>459.649</b>	<b>500.116</b>
<b>Dívida líquida e patrimônio líquido</b>	<b>447.925</b>	<b>480.327</b>	<b>339.738</b>	<b>338.433</b>

#### 28. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo possuía as seguintes garantias:

(i) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0011974 para compra e venda de energia elétrica número TBLC-08.258-CVE-CL e seus Termos Aditivos nº 01 à 05, tomadora Sama S.A. - Minerações Associadas, no montante de R\$ 4.680 junto a Potencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.;

(ii) Fiança Bancária nº 2.052.898 Garantia do pagamento de execução fiscal - DNP (Departamento Nacional de Produção Mineral) firmado com Sama S.A. - Minerações Associadas no montante de R\$ 1.440 junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;

(iii) Fiança Bancária nº 2.043.852-5 referente garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás, firmado com Eternit S.A., no montante de R\$ 6.034 junto ao banco Bradesco, com vencimento em 25/02/2017;

(iv) Fiança Bancária nº 2.062.549-P no valor de R\$ 40.909, que corresponde a (60%) participação da controlada CSC - Companhia Sulamericana de Cerâmica para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vencimento em 25/01/2018. Fiança corporativa para operações de capital de giro e financiamento de importação (FINIMP), junto as instituições bancárias, no montante de R\$ 57.844, com vencimento entre julho de 2017 e fevereiro de 2020;

(v) Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$ 2.150 conforme mencionado na nota explicativa nº 11;

(vi) Em dezembro de 2016, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário junto ao Banco da Amazônia para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, tendo seu valor de mercado no montante de R\$ 62.500;

(vii) Seguro Garantia apólice nº 54-0775-23-4000138 para garantia de débitos substanciados nas CDAs 80.6.15.066685-39 e 80.6.15.068746-00 referente a CSL e COFINS. No valor de R\$ 417, vigência 29/01/2016 a 29/01/2021;

(viii) Seguro Garantia apólice nº 16-0775-23-0132155 para garantia de débitos substanciados nas CDAs 80.6.15.068893-81, 80.7.15.015565-27 e 80.3.15.001323-50 trata-se de ação anulatória referente cobrança de débito de COFINS no valor de R\$ 6.350. Vigência 26/10/2015 a 26/10/2020;

(ix) Fiança Bancária nº 2.075.216-5 referente garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás, firmado com a Tégula Soluções para Telhados Ltda., no montante de R\$ 1.510 junto ao banco Bradesco, com vencimento em 27/06/2017;

(x) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0011056 para compra e venda de energia elétrica número TBLC-15.1015-CVEI-CL e seu Termo Aditivo 01, tomadora Eternit S.A., no montante de R\$ 1.549 junto a Potencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Energia Comercializadora Ltda.;

(xi) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0011973 para compra e venda de energia elétrica número EBC-16.1148-CVEI-CL, tomadora Eternit S.A., no montante de R\$ 605 junto a Potencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Energia Comercializadora Ltda.;

(xii) Seguro Garantia apólice nº 44-0776-19-0011136 para compra e venda de energia elétrica número TBLC-15.1015-CVEI-CL, tomadora Companhia Sulamericana de Cerâmica, no montante da sua participação de R\$ 344 junto a Potencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.;

(xiii) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0012078 para compra e venda de energia elétrica número EBC-16.1171-CVEI-CL, tomadora Precon Goiás Industrial Ltda., no montante de R\$ 257 junto a Potencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.

#### 29. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DA MINA

##### Ambiente

A controlada Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina - PAFEM, conforme Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

A controlada Sama registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	2016 e 2015
Taxa de desconto	10% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5% a.a.

	2016 e 2015	
<b>Valor presente dos desembolsos esperados</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
2032	5.216	4.742
2033	4.477	4.070
2034	2.320	2.109
2035 a 2043	1.865	1.696
Total	<b>13.878</b>	<b>12.617</b>

Considerando o acordo celebrado com o PAFEM a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2043.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.262 (R\$ 1.093 em 31 de dezembro de 2015), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

#### 30. PERDAS ESTIMADAS NA RECUPERABILIDADE DE ATIVOS E PROVISÃO DE REESTRUTURAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia identificou a necessidade de registro de perda pela recuperabilidade de ativos na controlada Tégula conforme mencionado na nota explicativa 3.3.

Na mesma data, a Companhia registrou valores de provisão para reestruturação e desmobilização de parte dos ativos em algumas unidades da controlada Tégula, mencionada na nota explicativa nº 1 - contexto operacional.

Perda estimada na recuperabilidade de ativo	Valor contábil	Valor recuperável	Ajuste de recuperabilidade
Perda estimada na recuperabilidade de ágio e outros ativos	25.565	21.769	3.796
<b>Reestruturação e desmobilização</b>			
Perda estimada de ativo			11.727
Provisão para desmobilização e reestruturação			2.586
			<b>14.313</b>

Perda estimada na recuperabilidade de ativo, reestruturação e desmobilização

#### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de março de 2017, a Companhia foi citada em uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que se encontra em curso perante a 1ª Vara do Trabalho de Colombo, Estado do Paraná. Nesta ação existem distintos pedidos, entre os quais a condenação da empresa ao pagamento de R\$ 85 milhões a título de danos morais coletivos e a substituição da matéria prima dentro do prazo de 90 dias.

Informa ainda que foram pleiteados diversos pedidos em caráter liminar, dentre eles a substituição da matéria prima dentro do prazo de 90 dias, tendo sido indeferidos pelo Juízo de 1ª instância.

A Companhia reforça que cumpre as normas e procedimentos de segurança estabelecidos pela Lei Federal nº 9.055/1995 e no Decreto que a regulamentou. Oportunamente a empresa apresentará sua defesa e espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento desta ação. Tendo em vista que o processo se encontra em estágio inicial, os consultores jurídicos estimam como possíveis as chances de perda dos pedidos da ação.

#### Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 20 a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de reconhecimento de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada a possibilidade de mensuração confiável da mesma, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

As ações mencionadas como eventos operacionais relevantes na nota explicativa nº 1) e na nota explicativa nº 20, itens i b) e iii e) f), às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão mencionadas em nossos parágrafos de ênfases.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: discussão com a Administração e o departamento jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; obtenção de confirmações formais de consultores jurídicos externos da Companhia para as causas mais relevantes, reconciliação das informações recebidas dos consultores jurídicos externos com a posição do departamento jurídico utilizada como base para constituição das provisões contábeis e divulgação nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas; e revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

#### Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A determinação, em 31 de dezembro de 2016, dos montantes do imposto de renda e contribuição social diferidos recuperáveis, divulgados na nota explicativa nº 19, em R\$ 42.315 mil e R\$ 72.655 mil, na controladora e consolidado, respectivamente, estão diretamente associados à projeção dos lucros tributários futuros. Devido à complexidade do processo de mensuração das projeções de lucros tributários futuros, que se baseiam em estimativas e premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: o envolvimento de especialistas em avaliação para nos ajudar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável dos tributos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas a fatores como, estimativas de vendas futuras, taxas de descontos, projeção de inflação, taxa de crescimento, de co-

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Eternit S.A.

São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfases

continuação  
tação de moedas estrangeiras e de rentabilidade dos negócios da Companhia e margem de lucro. Revisamos ainda, as divulgações na nota explicativa 19, efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas com relação às estimativas de rentabilidade futura.

#### **Análise da recuperabilidade dos ativos de vida útil definida e indefinida**

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas, conforme divulgados na nota explicativa nº 11 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Adicionalmente também é efetuada avaliação sobre a existência de indicativos de *impairment* sobre o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*), conforme divulgado na nota explicativa nº 3.1 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos, principalmente aquelas que podem ter um efeito mais significativo na determinação dos valores recuperáveis evidenciadas nas notas explicativas 3.1 e 11 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### **Reconhecimento de receita**

O reconhecimento da receita da Companhia e suas controladas, divulgado na nota explicativa nº 21, envolve um alto grau de controles com o objetivo de assegurar que as receitas de vendas sejam reconhecidas dentro do período contábil adequado, quando os produtos faturados tenham sido entregues aos respectivos compradores.

Considerando o volume e a pulverização das vendas, bem como as características da regionalização dos negócios da Companhia e de suas controladas, o processo de reconhecimento da receita envolve um alto grau de dependência do funcionamento adequado dos controles internos, por esse motivo, consideramos o reconhecimento como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria para cobrir o risco de erros materiais no reconhecimento da receita incluíram, dentre outros:

- Entendimento e testes de controles internos relevantes relacionados à identificação, a separação e ao registro de receitas de vendas dentro do prazo contábil adequado;
- Procedimentos de confirmação de contas a receber diretamente com clientes da Companhia e suas controladas selecionados de forma aleatória;
- Exame documental de amostra de notas fiscais emitidas e seus respectivos comprovantes de entrega, em data próxima ao encerramento do exercício (anterior e posterior a 31 de dezembro de 2016), visando testar se essas transações foram reconhecidas no período contábil adequado;
- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia para estornar receitas de vendas faturadas e não entregue no período contábil adequado.

Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada sobre este assunto.

#### **Outros assuntos**

##### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação complementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações con-

tábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2017.



Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Rita de C. S. de Freitas

Contadora CRC-1SP214160/O-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONSELHO FISCAL	
LUIZ BARSÍ FILHO (*) Presidente do Conselho de Administração		NELSON PAZIKAS Presidente e Diretor de Relações com Investidores		ANDRÉ EDUARDO DANTAS Coordenador	
MANOEL ARLINDO ZARONI TORRES (*)		FLÁVIO GRISI		DANIEL VINÍCIUS ALBERINI SCHRICKTE	
MARCELO AMARAL MORAES (*)		RODRIGO LOPES DA LUZ		PEDRO PAULO DE SOUZA	
MARCELO GASPARIÑO DA SILVA (*)		RUBENS RELA FILHO		RICARDO BENATTI - Gerente de Contabilidade e Controladoria CRC 1SP186493/O-4	
(*) Conselheiro independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.		WELNEY DE SOUZA PAIVA			
PARECER DO CONSELHO FISCAL					

O Conselho Fiscal da Eternit S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, considerando, ainda, a proposta da administração,

que engloba o orçamento de capital e a não distribuição de dividendo obrigatório, tendo em vista o prejuízo líquido no exercício de 2016.

Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes EY Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, bem como as informações

e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos, estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 17 de março de 2017.